

OS TRIBUNAIS DE CONTAS E O CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RICARDO SCHNEIDER RODRIGUES



Maceió, AL, 2014

STJ00102099

© Viva Editora, 2014



Diretora da Viva Editora

Sheila Diab Maluf

Conselho editorial:

Sheila Diab Maluf – Universidade Federal de Alagoas (Presidente)

José Marques de Melo – Universidade Metodista de São Paulo

Flavia Garcia Goulart – Universidade Federal da Bahia

Vera Romariz – Centro Universitário Cesmac

George Sarmiento – Universidade Federal de Alagoas

Luiz Sávio de Almeida – Centro Universitário Cesmac

Coordenação Editorial: Fernanda Lins

Revisão ortográfica: Sidney Wanderley

Capa: Marcelo Câmara

Diagramação: Edmilson Vasconcelos

Catálogo na Fonte

Departamento de Tratamento Técnico da Viva Editora

Bibliotecária Responsável: Fernanda Lins de Lima

R696t Rodrigues, Ricardo Schneider.
Os tribunais de conta e o controle de política pública / Ricardo Schneider
Rodrigues . – Maceió : Viva Editora, 2014.
212 p.

Bibliografia: p. 207-212.
ISBN 978-85-66426-59-5.

1. Direito. 2. Tribunais de contas - História. 3. Políticas públicas. I. Título.

CDU: 342.565.2

Direitos desta edição reservados à:

Viva Livraria e Editora

Av. Dr. Antônio Gomes de Barros, 625, Loja 8

Edifício The Square Park Office, Jatiúca

Maceió/AL – CEP: 57036-001

Contato: 082 3021-4110 / 9129-1297

www.vivalivrariaeditora.com.br

1051480

SUMÁRIO

.....

Prefácio	17
Apresentação	21
Introdução	25

PARTE I

TRIBUNAIS DE CONTAS NO BRASIL

1 Apresentação	31
2 O Tribunal de Contas nas Constituições do Brasil	31
2.1 Constituições anteriores a 1988	32
2.2 Constituição de 1988	38
2.3 A evolução normativa dos Tribunais de Contas nos textos constitucionais	45
3 A Natureza Jurídica do Tribunal de Contas	46
4 A Natureza Jurídica dos Julgamentos Realizados pelo Tribunal de Contas e seu Controle pelo Judiciário	57
5 Função, Competências e Atribuições dos Tribunais de Contas: enfoque no controle de políticas públicas	74
6 Críticas aos Tribunais de Contas e Propostas de Aperfeiçoamento	90
7 O Ministério Público de Contas	103

PARTE II

POLÍTICAS PÚBLICAS E TRIBUNAIS DE CONTAS

1	Apresentação	115
2	Definição de Políticas Públicas	115
	2.1 Políticas públicas e o direito público	116
	2.2 Um conceito jurídico de políticas públicas	122
	2.3 Metodologia jurídica de análise de políticas públicas e fundamentos para uma teoria jurídica	129
	2.4 Teoria jurídica das políticas públicas.....	133
	2.5 Outros estudos relevantes sobre a definição de políticas públicas	134
	2.6 Definição de políticas públicas: considerações finais	139
3	Controle de Políticas Públicas	148
	3.1 Críticas ao controle de políticas públicas	154
	3.1.1 Crítica da teoria da constituição	155
	3.1.2 Crítica filosófica	157
	3.1.3 Crítica operacional	159
	3.1.4 Análise das críticas ao controle judicial de políticas públicas a partir da perspectiva do controle pelos Tribunais de Contas	161
	3.2 Objetos e modalidades de controle judicial de políticas públicas	164
	3.2.1 Controle da fixação das metas e prioridades (em abstrato) e do resultado final esperado (em concreto)	164

3.2.2	Controle da quantidade de recursos a ser investido ...	166
3.2.3	Controle do atingimento ou não das metas fixadas pelo poder público	167
3.2.4	Controle da eficiência mínima na aplicação dos recursos públicos	168
3.2.5	Controle judicial por modalidade: individual, coletivo e abstrato	170
3.2.6	As críticas no contexto das formas de controle de políticas públicas	171
3.2.7	Análise do controle judicial de políticas públicas a partir da perspectiva dos Tribunais de Contas	174
4	Um exemplo concreto do controle de políticas públicas por Tribunal de Contas	186
	Conclusões	193
	Referências	207